

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	31
2.10 Planos de negócios	32
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	36
5.2 Descrição dos controles internos	37
5.3 Programa de integridade	40
5.4 Alterações significativas	45
5.5 Outras informações relevantes	46

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

As informações dos itens 2.1 a 2.11, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações sobre as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Caixa e equivalentes de caixa	158.895	161.617	134.715
Dívida Bruta (a)	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido (b)	(117.138)	(99.928)	(58.720)
Lucro líquido do período / exercício	85.452	40.261	44.569
EBITDA Ajustado (c)	151.286	106.115	75.299
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	20,01%	16,96%	14,66%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com receita líquida de R\$ 755.973 mil (R\$ 625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 158.895 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2021, que correspondia a R\$ 161.617 mil, uma redução de -1,68%.

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital Próprio (a)	43,60%	34,43%	37,95%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante e não Circulante	230.067	226.522	171.217
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital de Terceiros (b)	56,40%	65,57%	62,05%

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	296.272	277.376	233.364
Passivo circulante	153.842	146.975	113.506
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,93%	1,89%	2,06%
Ativo total	407.920	345.489	275.948
Passivo total	230.067	226.522	171.217
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,77%	1,53%	1,61%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2022 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Recursos de instituições financeiras	-	-	11.235
(-) Custos de captação	-	-	(35)
Recursos de emissão de títulos	-	-	60.000
(-) Custos de captação	-	-	(1.715)

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 158.895 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %)							
Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	-	716
Itaú	abr/26	2,46%	-	N/A	134	-	-
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	-	4.000
Caixa Economica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	-	6.984
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.618	1.507
Santander	set/22	1,68%	-	N/A	-	5.000	-
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	-
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	33.044	47.493	58.449
TOTAL					33.178	54.111	71.656

* Linha de crédito

(a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

(b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).

(c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	8.551	6.889	3.282
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	43	705
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	28	492	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	154	352
TOTAL					8.579	7.578	4.339

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)
(em milhares de reais, exceto %)

DRE	31/12/2022 2	AV %	AH %	31/12/2021 1	AV %
Receita líquida dos serviços prestados	755.973	100,00%	20,85%	625.547	100,00%
Custo dos serviços prestados	(476.527)	-63,03%	18,99%	(400.491)	-64,02%
Lucro bruto	279.446	36,97%	24,17%	225.056	35,98%
Margem bruta	36,97%			35,98%	
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(148.974)	-19,71%	0,59%	(148.100)	-23,68%
Perdas de crédito esperadas	0	0,00%	-100,00%	1.121	0,18%
Outras despesas operacionais	(543)	-0,07%	1451,43%	(35)	-0,01%
Outras receitas operacionais	3.312	0,44%	-47,12%	6.263	1,00%
	(146.205)	-19,34%	3,87%	(140.751)	-22,50%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	133.241	17,63%	58,05%	84.305	13,48%
Receitas financeiras	13.189	1,74%	179,66%	4.716	0,75%
Despesas financeiras	(15.982)	-2,11%	-41,87%	(27.493)	-4,40%
	(2.793)	-0,37%	-87,74%	(22.777)	-3,64%
Lucro antes dos tributos	130.448	17,26%	112,01%	61.528	9,84%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(43.309)	-5,73%	64,45%	(26.336)	-4,21%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.687)	-0,22%	-133,28%	5.069	0,81%
Lucro líquido do exercício	85.452	11,30%	112,25%	40.261	6,44%
Atribuível aos acionistas controladores	83.852	11,09%	128,25%	36.737	5,87%
Atribuível aos acionistas não controladores	1.600	0,21%	-54,60%	3.524	0,56%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$755.973 mil, representando um aumento de R\$130.426 mil, ou 20,85%, comparado a R\$625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

(i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio com os 10 principais clientes são superiores a 10 anos.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 476.527 mil, representando um aumento de R\$ 76.036 mil, ou 18,99%, comparado a R\$ 400.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O custo é composto 95,54% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 77.339 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano.

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 279.446 mil, representando um aumento de R\$ 54.390 mil, ou 24,17%, comparado a R\$ 225.056 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 1 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado:

- Alta capacidade de atração e retenção de clientes;
- Aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços;
- Crescimento do portfólio de soluções focado em transformação digital;
- Criação de novos modelos de negócio atrelados à transformação digital nos nossos clientes.

• Despesas Administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 148.974 mil, representando um aumento de R\$ 874 mil, ou 0,59%, comparado a R\$ 148.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	AH	AH %
Com pessoal	(109.894)	(106.337)	3.557	3,35%
Serviços com terceiros	(22.179)	(9.816)	12.363	125,95%
Aluguéis e condomínios	(680)	(666)	14	2,10%
Depreciação e amortização	(5.166)	(2.494)	2.672	107,14%
Comunicações	(454)	(580)	(126)	-21,72%
Impostos e taxas	(57)	(17.317)	(17.260)	-99,67%
Contribuições sindicais/associação classe	(641)	(310)	331	106,77%
IPTU	(82)	(49)	33	67,35%
Energia elétrica	(207)	(173)	34	19,65%
Outras despesas administrativas	(9.614)	(10.358)	(744)	-7,18%
Despesas administrativas	(148.974)	(148.100)	874	0,59%

• Outras (despesas) receitas operacionais

As despesas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$543 mil, representando um aumento de R\$ 508, ou 1.451,43%, comparado com R\$ 35 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As receitas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$3.312 mil, representando uma redução de R\$ 2.951 mil ou -47,12%, comparado com R\$ 6.263 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 133.241 mil, representando um aumento de R\$ 48.936 mil, ou 58,05%, comparado a R\$ 84.305 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 13.089 mil, representando um aumento de R\$ 8.473 mil, ou 179,66%, comparado a R\$ 4.716 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 7.540 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 15.982 mil, representando uma redução de R\$ 11.511 mil, ou 41,87%, comparado a R\$ 27.493 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deveu-se basicamente a multa do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 8.008 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 130.448 mil, representando um aumento de R\$ 68.920 mil, ou 112,01%, comparado a R\$ 61.528 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 44.996 mil, representando um aumento de R\$ 23.729 mil, ou 111,58%, comparado a R\$ 21.267 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 85.452 mil, representando um aumento de R\$ 45.191 mil, ou 112,25%, comparado a R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 referente ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de R\$	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	755.973	625.547	513.712

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o enfrentamento da pandemia do COVID 19. Os números da economia brasileira vieram positivos, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo acima do inicialmente projetado por analistas e pelo mercado financeiro – mas dentro das projeções mais recentes.

Em 2022 o calendário eleitoral e a tensão política foram fatores de risco ocasionando um segundo semestre mais fraco. A incerteza de quem estaria no comando da Presidência a partir de 2023 e a composição do Congresso Nacional impôs cautela adicional no consumo e no ambiente de negócios, gerando adiamento nas decisões de investimentos.

A instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este

2.2 Resultados operacional e financeiro

único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função das debentures e aplicações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários -arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da Livetouch, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da TOP. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOP é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de março de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da BMSIX, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 07 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da QDOIS. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF; O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foi ajustado com itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	144.052	91.541	75.299
Margem EBITDA %	19,06%	14,63%	14,66%
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	77.893
Margem EBITDA Ajustado %	20,01%	16,96%	15,16%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

2.5 Medições não contábeis

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
Lucro líquido (%)	11,30%	6,44%	8,68%
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro líquido (%)	12,26%	8,77%	8,68%

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida bruta e Caixa líquido

A Dívida bruta e o Caixa líquido são medições não contábeis elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas demonstrações financeiras. A Dívida bruta visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante) e o Caixa líquido a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida bruta e o Caixa líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de Dívida bruta, Caixa líquido ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e do Caixa líquido em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida bruta	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício / período	85.452	40.261	44.569
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	44.996	21.267	21.726
Resultado Financeiro	2.793	22.777	2.473
Depreciação e Amortização	10.811	7.236	6.531
EBITDA	144.052	91.541	75.299
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	75.299
Receita líquida de vendas e serviços prestados	755.973	625.547	513.712
Margem EBITDA	19,06%	14,63%	14,66%
Margem EBITDA Ajustado	20,01%	16,96%	14,66%

2.5 Medições não contábeis

Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.

- (a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (c) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (d) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Lucro Líquido Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro Líquido ajustado (%)	12,26%	8,77%	8,68%

- (a) Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.
- (b) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (c) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (d) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (e) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

2.5 Medições não contábeis

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	4.888	11.051	15.763
Não circulante	3.825	3.145	1.783
Debêntures			
Circulante	14.565	14.634	11.095
Não circulante	18.479	32.859	47.354
Dívida Bruta	41.757	61.689	75.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.895)	(161.617)	(134.715)
Caixa Líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

TOP Information Serviços Digitais Ltda.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da TOP Information Serviços Digitais Ltda, empresa especializada em Salesforce. A transação foi concluída em 1º de fevereiro de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOPi é limitado a R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$22.166 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

QDois Consultoria Ltda.

No dia 23 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da QDois Consultoria Ltda. A transação foi concluída em 8 de abril de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$4.850 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2021, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social vigente no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar

2.7 Destinação de resultados

sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme a alínea “j”, item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ Soluções em Informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 27 de abril de 2022 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de tecnologia da informação e investimentos minoritários em start-ups. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi alocado o montante de R\$ 78.083 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas ("seller financing"). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	Controladora e consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Bradesco	6,4% a.a.	33.935	48.889
(-) Custo de transação		(891)	(1.396)
		33.044	47.493
Passivo circulante		14.565	14.634
Passivo não circulante		18.479	32.859

2.10 Planos de negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$2.065, R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia segue critérios que visam o desenvolvimento dos negócios através de ações ambientais, sociais e de governança.

A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho home office. Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Os resultados alcançados pela Companhia em 2022 permitiram contribuir com à sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando de talentos em tecnologia, incluindo programa exclusivo para estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

A **BRQ** investe na formação de talentos para o mercado de tecnologia há muitos anos. Mais do que capacitação em tech, a proposta é dar autonomia e empoderar os estudantes para transformarem suas vidas, suas famílias e a própria comunidade. Estudantes de baixa renda do ensino médio receberam bolsa de estudo, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para se tornar um desenvolvedor Front-End e começar a projetar interfaces para páginas web como um programador.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2023, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração. A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021 são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia adota estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta, como riscos de taxa de juros e riscos cambiais, melhor descritor no item 4.3 do presente Formulário de Referência.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a área de Controles internos, riscos e compliance que está subordinada à alta administração da Companhia, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, submete as políticas adotadas e ações planejadas à apreciação do Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos permite o monitoramento e avaliação periódica dos riscos relacionados aos negócios e os possíveis impactos nas operações ou nas demonstrações financeiras e são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

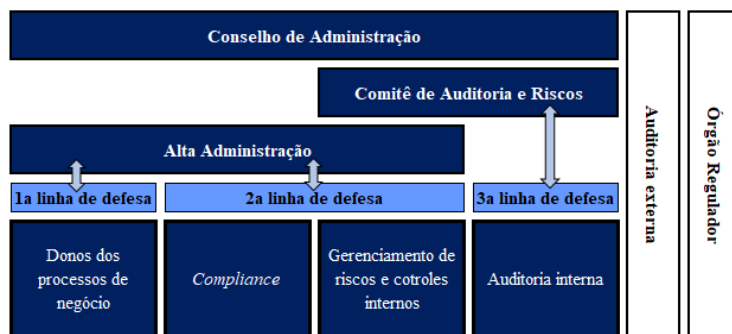
5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A gerência de controles internos que tem como principal atribuição manter atualizada a matriz geral de riscos e controles e a classificação de risco desses controles no intuito de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, de modo a evitar distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações. Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três linhas de defesa demonstradas abaixo com suas respectivas atribuições:



A auditoria interna da Companhia atua na avaliação da conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, das demonstrações contábeis e os controles associados e de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira e procedimentos internos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. O plano anual de auditoria é acompanhado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

A Companhia está alinhada às melhores práticas de controles internos, bem como atesta o correto funcionamento do ambiente de seus controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos seus controles internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

A administração acredita que sua estrutura de Governança Corporativa e o sistema de controles internos da Companhia é compatível com o porte e com a complexidade de seus negócios

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, é o principal órgão da administração responsável pelo gerenciamento dos controles internos, conta com o suporte da Gerência de Controles Internos para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis. A área de auditoria interna que se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia contrata ainda empresa responsável pela sua auditoria interna – atualmente Baker Tilly - que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é recomendado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes elaboram relatório com seus entendimentos sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados, sem, contudo, expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

Como resultado desses estudos e avaliações, os Auditores Independentes não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social, bem como não foram indicados pontos relevantes relacionados aos controles internos da Companhia.

A Companhia sempre analisa as oportunidades de melhorias reportadas pelos Auditores Independentes na carta de recomendação e define planos de ação para a implementação das recomendações que julga pertinentes. A implementação dos planos de ação é acompanhada pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Código de Conduta, Política de Integridade, Canal de Denúncias e canal de Linha de Ética, sendo uma política perene da Companhia conduzir todas as suas atividades junto a colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais. Além disso, periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do Código de Conduta da Companhia, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

A Companhia torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva.

A Política de Código de Conduta da Companhia poderá ser acessada em sua íntegra através do seu site de relações com investidores <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/> e/ou no site da CVM/B3.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são o Código de Conduta, a Política de Integridade e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta da Companhia tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços. Nesse sentido, o Código

5.3 Programa de integridade

prevê penalidades e normas de conduta para evitar práticas de corrupção, fraude, suborno, entre outros ilícitos.

Princípios Éticos BRQ:

- O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.
- O respeito aos indivíduos refere-se às relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.
- A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as partes interessadas.
- A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.

5.3 Programa de integridade

A Política de Integridade, por sua vez, que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Esse instrumento foi elaborado, em atendimento e consonância com as medidas de anticorrupção estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2014.

Ainda, além do Canal de Denúncia da Companhia, foi criado um novo canal de Linha de Ética para reporte de qualquer acontecimento que não seja compatível com os valores da Companhia.

Os mecanismos de integridade da Companhia são revisados periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano) para alinhamento das melhores práticas de conduta e ética, bem como para adequação às alterações legais e normas sobre o assunto.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia é realizado pela administração da Companhia, com auxílio do Comitê de Ética.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e teve sua primeira versão aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 13.08.2019. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação. O Código de Conduta da Companhia teve sua sexta edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de junho de 2022. O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

· se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta aplica-se a todos os diretores, conselheiros de administração e empregados e abrange também a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. Cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomam conhecimento formal deste Código, que é amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da contratação do colaborador.

O Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia a dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos no Código de Conduta. O descumprimento do Código implicará penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicada advertência, suspensão, rescisão contratual e exclusão dos programas oferecidos pela Companhia.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua sexta edição (aprovada 23 de junho de 2022). O documento está disponível através da Intranet (WorkPlace) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia é interno e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, constituído e regido de acordo com o Regimento Interno próprio.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros e dos empregados da Companhia, fortalecendo ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

5.3 Programa de integridade

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Os denunciante não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Qualquer pessoa que constatar qualquer prática ou ato que sejam contrários aos estabelecidos no Código de Conduta deverá comunicar o ocorrido ao seu gestor, que, por sua vez, tem a obrigação de reportar o fato ao Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável pela apuração de denúncias.

Caso haja constatação de violação ao Código, o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e ressarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis aplicáveis.

Todas as informações registradas são recebidas pelo Comitê de Ética e são analisadas com total imparcialidade, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica, não há casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública praticados pela Companhia.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, dado que a Companhia possui em seu Código de Conduta regras relacionadas a inibir a corrupção, fraudes a licitações e outras práticas lesivas à administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.